



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/10/2016 - Convergência Digital

Justiça interpretou errado o Marco Civil para suspender WhatsApp

A Justiça interpretou errado o Marco Civil da Internet ao usá-lo para suspender, já por três vezes, o funcionamento do Whatsapp no Brasil. Assim sustenta a Frente Parlamentar pela Internet Livre, que reúne 211 deputados e senadores, ao pedir ao Supremo Tribunal Federal para ingressar na ADPF 403, que justamente questiona os bloqueios do aplicativo de mensagens.

“O Marco Civil da Internet não possui dispositivo algum prevendo a penalidade de suspensão ou impedimento de serviço ou aplicativo, mas apenas das atividades que envolvam atos previstos no art. 11, da Lei 12.965/2014 (...). A tônica preconizada pelo Marco Civil da Internet foi a proteção das liberdades”, diz o pedido da Frente.

Os parlamentares sustentam que “quando a redação legal descreve como penalidades a ‘suspensão temporária das atividades que envolvam os atos previstos no art. 11’ e a ‘proibição de exercício das atividades que envolvam os atos previstos no art. 11’, não se quer dizer a suspensão ou proibição da prestação do serviço ou aplicação de internet (...). São as operações de coleta, armazenamento, guarda ou tratamento de registros, dados pessoais ou de comunicações privadas, tais como previstas naquele dispositivo”.

Guarda de dados

Além de pedir que o STF garanta a interpretação de que o Marco Civil não pode ser instrumento para a ordem de bloqueio, a Frente Parlamentar aproveita para defender que a ele também não determina a co-

leta permanente de dados. Assim como as operadoras não armazenam de forma contínua o conteúdo das conversas telefônicas para entregar à Justiça quando necessário, o mesmo deve ser entendido para as aplicações de internet.



“Dado o contexto em que se insere a Lei no 12.965/2014, bem como sua dimensão evidentemente protetiva, esta Frente Parlamentar pretende demonstrar a impossibilidade hermenêutica de utilizar o referido diploma como forma de limitar a privacidade dos usuários de internet (...). Os registros de conexão e especialmente o conteúdo das mensagens virtuais exigem intensa proteção, não se podendo conceber a existência de ato legislativo que estabeleça armazenamento da substância das comunicações”.

Daí que além da questão do bloqueio, a Frente tenha pedido ao STF para “impedir toda e qualquer interpretação a essa norma que estabeleça a obrigação de que as provedoras de aplicações virtuais retenham e guardem contínua e irrestritamente os dados relativos aos registros de acesso e de conexão, bem como o conteúdo das comunicações privadas dos usuários”.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

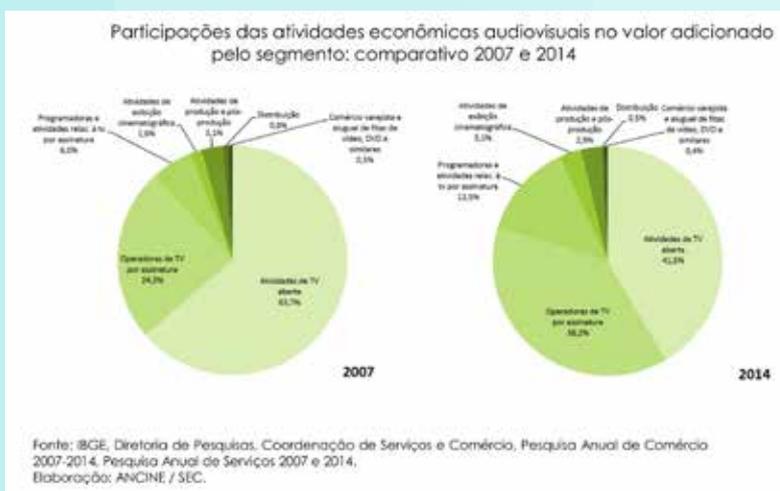
7 DE OUTUBRO DE 2016 - Telesíntese

TV paga gera mais da metade da renda do mercado audiovisual brasileiro

Segundo a Ancine, o setor audiovisual brasileiro gerou, em 2014, R\$ 24,5 bilhões para a economia. E pela primeira vez as atividades vinculadas ao segmento de TV por assinatura - a produção de conteúdo audiovisual e a sua distribuição - ultrapassaram o de TV aberta.

A Ancine divulgou hoje, 7, Estudo sobre Valor Adicionado pelo Setor Audiovisual Brasileiro, que tem como base os dados do IBGE e o Sistema de Contas Nacionais. O estudo apurou que em 2014 o setor audiovisual brasileiro gerou R\$ 24,5 bilhões para a economia, enquanto que em 2007, o segmento representava apenas R\$ 8,7 bilhões correntes. Desse montante de 2014, o segmento de TV paga, (considerando as operadoras e as produtoras vídeo voltadas para preencher as cotas de conteúdo nacional dos canais por assinatura) pela primeira vez ultrapassou, em valor, a TV aberta, e já gera mais da metade da renda do mercado audiovisual.

Conforme a Ancine, que classifica o mercado em 11 atividades econômicas, enquanto o segmento de TV por assinatura cresceu sua participação 21,4



pontos percentuais entre 2007 e 2014, a TV aberta teve uma queda de 22,2 pontos percentuais no mesmo período. Mas em valor adicionado gerado, os dois segmentos estão quase empatados: a TV aberta respondeu por R\$ 11,753 bilhões e a TV fechada por R\$

12,650 bilhões em 2014.

Ainda segundo a agência, a " tendência no aumento da participação do segmento da TV Paga continua a se dar tanto entre as operadoras quanto entre as programadoras. A participação das operadoras, que era de 24,3% em 2007, passou para 38,2% em 2014. Já a atividade das programadoras teve participação de 13,5% na renda do setor audiovisual em 2014. Em 2007, esse valor era de apenas 6%."





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

06/10/2016 - Telesíntese

Dono de título da Oi terá voto individual

A decisão do juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro é contrária à posição do Citicorp

Por decisão do juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, emitida esta semana, os detentores de títulos da Oi terão direito de voz e voto individual em futura assembleia geral de credores da operadora.

A decisão é contrária ao que havia defendido o

Citicorp Trustee Company Limited, agente fiduciário que representa interesses de "bondholders" com mais de R\$ 15 bilhões a receber. Ele tinha se manifestado contrário ao pleito, alegando que esses direitos deveriam ser exercidos apenas pelo próprio Citicorp.

05/10/2016 - CUT

Golpistas entregam pré-sal e quitam outra parcela do golpe

Decisão afeta soberania nacional e coloca saúde e educação em risco

Diz o ditado que não há almoço grátis e o Brasil pagou caro aos financiadores do golpe. Por 292 votos a favor e 101 contra, o Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (5) o PL 4.567/2016 (Projeto de Lei) que retira da Petrobrás a obrigatoriedade de ser a operadora única do pré-sal.

A proposta de autoria do atual ministro das Relações Exteriores do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), José Serra, também determina o fim da participação mínima de 30% da empresa brasileira nos campos licitados e abre as portas para o capital estrangeiro explorar mais essa riqueza nacional.

Após a votação dos destaques, o projeto segue para a sanção presidencial e dependerá apenas de Temer para ser implementado. A expectativa, porém, é que sejam rejeitados, pois, em caso de aprovação, voltam ao Senado e a base do governo não quer perder tempo.

Coordenador da FUP (Federação Única dos Petroleiros), José Maria Rangel, aponta que foi quitada hoje mais uma parcela do carnê do golpe.

"A primeira duplicata foi paga hoje com a abertura do pré-sal, a próxima vem na semana seguinte, quando vai à votação a PEC 241 – que congela os investimentos em serviços públicos por 20 anos. Viveremos uma sequência de ataques à classe trabalhadora e aos direitos sociais nunca visto na história deste país."

Para Rangel, os efeitos de mais esse funeral dos direitos trabalhistas no país serão sentidos em breve. "O pré-sal é a última oportunidade que temos de ter

um país mais justo e com oportunidades para todos. Os entreguistas não têm argumentos para entregar o pré-sal e ficam se apegando à história de que a Petrobrás está quebrada, algo que demonstramos ser uma mentira. Infelizmente, argumentos ali não valem."

Mobilização

A semana foi mais uma de intensas mobilizações comandadas pela CUT e pela FUP que não conseguiram reverter com informações um julgamento de cartas marcadas.

A votação do PLP 4.567 foi tumultuada e os parlamentares da base do governo tiveram de defender a entrega do pré-sal aos gritos de 'golpistas' e 'entreguistas'. Nas galerias, o clima na Câmara continua hostil como era com o ex-presidente da casa, o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

"Essa cadeira (da presidência da Câmara) ultimamente parece amaldiçoada. A Casa segue extremamente fechada e continua a mesma dificuldade para entrarmos e nos manifestarmos, como acontecia com o Cunha. Chegaram ao absurdo de achar que iam entregar uma riqueza do país e iríamos aplaudir", falou Rangel.

A resistência, porém, continua contra o bombardeio programado para as próximas semanas. "Essa foi uma batalha, outras ainda virão e tenho certeza que conseguiremos demonstrar à população que nós é que estamos certos. Esse projeto que estão levando adiante em nenhuma eleição sairia vencedor", defendeu, mandando o recado a quem não tem voto.

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757



Por que é um prejuízo?

O PL 4567, inicialmente PLS 131/2015, de autoria do ex-senador e atual ministro José Serra, rasga o regime de partilha (Lei 12.351/2010) aprovado durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula instituiu a partilha para garantir que 50% do lucro com os royalties fossem destinados para um fundo social, de onde o governo tiraria recursos para aplicar em educação (75%) e saúde (25%).

A diferença da concessão em relação ao regime de partilha é que no primeiro, devido ao alto risco exploratório, quem ganha o leilão fica com a riqueza. Já na partilha, como toda a região do pré-sal está mapeada e não há risco de perder investimento, o governo determinou um modelo em que o óleo pertence ao país, que cede a área para exploração de quem der maior retorno financeiro.

O PLS 131 foi apresentado por Serra em março do ano passado, quando vazaram documentos que mostravam um acordo entre o ministro com a empre-

sa Chevron para mudar as regras de exploração do pré-sal.

Prejuízo em três frentes

Para a FUP, as mudanças propostas por Serra representam prejuízo de receita, para o emprego e para a engenharia nacional. A empresa vencedora no atual regime abate o custo da exploração do que vai dar ao governo.

Atualmente, quem opera com menor custo é a Petrobrás, a US\$ 8 o barril. Qualquer outra não faria por menos de US\$ 16, o que significa menos recursos para o Estado para as áreas da saúde e da educação.

Como operadora única do pré-sal, a Petrobrás também faria o planejamento e o desenvolvimento da cadeia nacional de fornecedores, gerando emprego no país.

Além disso, a ampliação na produção e exploração gera mais conhecimento e qualificação da tecnologia de perfuração e produção, num desenvolvimento também da engenharia nacional que deixará o país.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

07/10/2016 - Rede Brasil Atual

Quem paga as pesquisas de opinião que influenciam os eleitores?

The Intercept expôs a fraude na edição de pesquisa do Datafolha; Folha de SP manipulou a edição para fazer parecer que Michel Temer detinha legitimidade no cargo



Pela primeira vez, partidos e candidatos colocaram em prática as mudanças na legislação eleitoral que reduziram o tempo útil de campanha para 45 dias e deixou de fora o financiamento privado. O resultado disso, na avaliação da professora de opinião pública e pesquisadora eleitoral da pós-graduação da FESPSP, Jacqueline Quaresemin, foi uma disputa mais "empobrecida", com "crescimento vertiginoso" do número de eleitores que não quiseram ou não conseguiram escolher um nome para ocupar as prefeituras espalhadas pelo país.

Só em São Paulo, o volume de eleitores que votou branco ou nulo ou simplesmente deixou de comparecer às urnas (abstenção) supera o montante angariado pelo prefeito eleito João Dória (PSDB) no primeiro turno. Foram 3,085 milhões de votos válidos no tucano, ante 3,96 milhões que não foram computados para nenhum candidato.

Para Quaresemin, o tempo curto de campanha e a escassez de recursos dificultaram a vida do eleitor na hora da escolha. O fator alterações na regra do jogo associado a campanha de desconstrução da política e criminalização de partidos pela velha mídia ajudam a explicar o salto de 28%, em 2012, para 34,84%, em 2016, na soma de brancos, nulos e abstenções na capital paulistana, avaliou.

Nesse cenário, três ingredientes ganham corpo e podem ser definitivos para a vitória de um candidato em detrimento de outro: as coligações que garantem tempo de propaganda na TV; o marketing eleitoral, que tenta romper com a rejeição e talhar o bom desempenho dos postulantes em debates televisivos e as pesquisas de opinião.

Em entrevista a GGN na última segunda (3), Quaresemin

lembrou que, no caso de São Paulo, embora todas as pesquisas indicassem o crescimento de Dória, nenhum instituto conseguir antecipar sua vitória logo no primeiro turno.

Mas tão interessante quanto analisar os resultados das urnas traçando um paralelo com a eficácia das pesquisas, disse Quaresemin, é buscar compreender o impacto e o papel político dessas sondagens.

"Quando você tem um candidato crescendo e na frente nas pesquisas, as pessoas indecisas têm duas possibilidades: ou ela votam em quem está na frente ou, não se identificando com este candidato, votam branco e nulo. Para entender os objetivos dessas pesquisas é preciso observar quem paga por elas, quais são seus objetivos, como são elaborados os questionários para coleta desses dados, entre outras questões", sugeriu a especialista.

Um caso alarmante de manipulação de questionário com fins políticos foi protagonizado pelo Instituto Datafolha. Como o GGN mostrou em julho, todas as vezes em que a empresa foi a campo, contratada pela Folha de S. Paulo, para aferir a popularidade de Dilma Rousseff em meio ao processo de impeachment e perguntar ao entrevistado se ela deveria ser derrubada pelo Congresso, o motivo usado foi político, a operação Lava Jato, e não técnico, o suposto crime de responsabilidade fiscal. (Leia mais aqui)

Quaresemin chamou atenção para a possibilidade de inexistir isenção em torno da publicação das pesquisas, na maioria das vezes contratadas por veículos de comunicação que pautam diariamente o noticiário, alternando-se entre blindar e colocar na berlinda um ou outro governante, o que influencia na popularidade aferida nos estudos. "Os mesmos institutos que avaliam as administrações são os que fazem as pesquisas eleitorais. Mas quais têm isenção, de fato, para apresentar os resultados?", indagou.

Quando o The Intercept, com ajuda de blogs independentes, expôs a fraude na edição de pesquisa do Datafolha pelo seu contratante, a Folha de S. Paulo, escancarou-se a falta de isenção do veículo em relação ao atual governo. O jornal manipulou a edição para fazer parecer que Michel Temer detinha legitimidade no cargo, enquanto quase 60% da população, de acordo com a sondagem, indicaram que não, que preferiam novas eleições.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/09/2016 - RBA

Serviço público de saúde, entre o remédio e o veneno

Arquitetada por operadoras e seguradoras privadas com aval do governo, a proposta dos “planos acessíveis” aponta para retrocesso nas regras do setor e o desmonte da rede de atendimento básico gratuito

Reunidos desde o início de agosto, representantes do governo de Michel Temer e de planos e seguros de saúde finalizam proposta do setor para revigorar sua saúde financeira. A ideia é criar planos de saúde “acessíveis”, uma espécie de proposta pronta, que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, defende desde que tomou posse, junto com o então governo interino de Michel Temer, em 12 de maio. A proposta soa também como mirabolante. Afinal, é apresentada como solução para o SUS, que só neste ano viu seu orçamento perder R\$ 12 bilhões. No enredo desses planos, segundo o ministro, os mais pobres poderiam aderir e aliviar as filas do sistema público. Só falta ele traduzir: o governo quer resolver o financiamento do setor enviando a conta para os mais pobres. “Será um tiro no pé dado pelo governo ao tentar tirar do bolso da população mais essa despesa”, diz o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Santos.

Famoso por suas pérolas machistas e sexistas que encobrem sua falta de intimidade com assuntos da pasta, Barros apregoa que convênios baratos para a população vão salvar as contas ao injetar de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões por ano na saúde pública. No entanto, faltam estudos a respeito. “Os números, mágicos, só podem ter saído da cartola. Tudo indica o contrário. É um grande negócio para as operadoras”, contesta o economista Carlos Ocké, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e presidente da Associação Brasileira de Economia em Saúde.

A proposta é uma das faturas cobrada por um setor que encolhe. De agosto de 2014 para cá, passou de 50 milhões de beneficiários – os titulares de planos, que podem ter vários dependentes – para 48,3 milhões. É 1,7 milhão de contratos a menos, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Entre os motivos, mensalidades reajustadas acima da infla-

ção e o sucateamento da rede, lotada, com espera semelhante à do serviço público, e problemas de gestão, como no caso da Unimed Paulistana, quebrada há um ano.

Só no SUS

Por essas razões, há mais de dois anos a artista gráfica Michaela Pivetti, 47 anos, de São Paulo, fez carteirinhas do SUS para ela e as duas filhas, de 7 e 13 anos. Consultas com pediatra, clínico geral, ginecologista e outras especialidades, exames e outros procedimentos, só na rede pública. “Ainda não passamos por situação de emergência, mas nossa experiência tem sido boa. Há demora para alguns agendamentos e os postos estão cheios. Mas é assim também nos convênios particulares, cada vez mais caros e de menor qualidade”, diz Michaela. Nascida na Itália, ela compara o SUS ao sistema do seu país. “Serviço público é para atender bem dentro de estruturas básicas. Um serviço para tanta gente é assim em todo mundo, sem luxo. Precisamos de mais recursos para aperfeiçoar o SUS, e não acabar com ele”.

A diarista Maria Zenilda Duarte Cabral, de São Paulo, foi para o SUS há quase sete anos, depois do nascimento de seu filho Lucas. “Fui muito bem atendida no pré-natal e no parto em hospital particular, mas ficava caro incluir o Lucas. Como eu usava pouco, preferi parar de pagar”, conta. Lucas é acompanhado pela mesma pediatra, que atende a caçula Isabella, de 5 anos. “Fiz pré-natal e parto pelo SUS, com atendimento igual no particular. O médico do pré-natal é meu ginecologista até hoje.” Ela conta que os filhos fizeram cirurgias para retirada de adenoide e pequenas cirurgias e que não pretende voltar a pagar convênio.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/121/entre-o-remedio-e-o-veneno-520.html>